



Número: **0800462-12.2020.8.20.5135**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Almino Afonso**

Última distribuição : **03/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.907,50**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FERNANDO GOMES DE MORAIS (AUTOR)		ABRAAO DIOGENES TAVARES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) FRANCISCO GERVASIO LEMOS DE SOUSA (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
87171156	18/08/2022 13:20	Intimação	Intimação



PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMINO AFONSO

Fórum Desembargador Deusdedith Maia

Rua Antônio Joaquim, 184, Centro, Almino Afonso/RN - CEP 59760-000 – Fone: (84) 3673-9790

Processo nº 0800462-12.2020.8.20.5135

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Parte demandante: FERNANDO GOMES DE MORAIS

Parte demandada: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

Primeiramente, evolua-se o feito para cumprimento de sentença, devendo atentar-se para que seja inserido o assunto respectivo a fim de evitar inconsistências no GPSJus.

Trata-se de **Cumprimento de Sentença** movido por **Fernando Gomes de Moraes** em face de **Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados, em decorrência da sentença de Id. 84333778.

A parte vencida, ainda não intimada para o cumprimento da sentença, realizou pagamento da quantia que entendia devida, conforme Id. 86124468.

Intimada, a parte vencedora concordou com os valores depositados, requerendo a liberação em seu favor (Id. 86363165).

É o que basta relatar. Decido.

Dispõe o art. 526 do CPC, *in verbis*:

Art. 526. É lícito ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.

§ 1º O autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa.

§ 2º Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirão multa de dez por cento e honorários advocatícios, também fixados em dez por cento, seguindo-se a execução com penhora e atos subsequentes.

§ 3º Se o autor não se opuser, o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo.

O art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, cuidando das causas extintivas do processo executório, consagra a hipótese de término processual quando: “*a obrigação for satisfeita*”.

É o caso dos autos. O executado demonstrou, patentemente, que satisfaz sua obrigação em face da exequente, não havendo mais necessidade do feito executório, uma vez que houve adimplemento da dívida objeto da demanda.

DISPOSITIVO:

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO**, com apreciação meritória, o presente processo, o que faço arrimado nos arts. 924, inciso II, e 526, § 3º, ambos do Código de Processo Civil.

Sendo assim, determino à Secretaria a liberação do valor depositado no Id. 86124468, a ser pago nos seguintes termos:

a) R\$ 7.331,27 (sete mil trezentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos) devidos a **Fernando Gomes de Moraes**, CPF nº 378.282.404-06.

b) R\$ 800,00 (oitocentos reais) são devidos ao advogado **Abraão Diógenes Tavares de Oliveira**, OAB/RN nº 8.511, a título de honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais.

Custas remanescentes, caso existam, pela parte executada.

Restam as partes advertidas, desde logo, que **a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente as sujeitará à imposição da multa** prevista pelo art. 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.

No caso de serem opostos embargos, intime-se a parte contrária para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC, vindo os autos conclusos em seguida.

Registre-se, por fim, que o Código de Processo Civil suprimiu o exame de admissibilidade prévio que, na vigência do Código revogado, era exercido pelo juízo de origem no recurso de apelação, por força do que dispõe o art. 1.010, § 3º. Em virtude desta nova sistemática, fica a secretaria dispensada do cálculo do preparo.

Caso seja interposto recurso de apelação, intime-se para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias e, decorridos, remetam-se ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte com as nossas homenagens.

Independente do trânsito em julgado desta decisão, defiro, desde já, a expedição de alvará para liberação dos valores depositados, conforme requerido pela parte exequente em Id. 86363165.

Satisfeita a obrigação de pagar, arquivem-se os autos.

Intimações e expedientes de praxe.

Cumpra-se.

Almino Afonso/RN, data do sistema.

Ruth Araújo Viana

Juíza de Direito